

MINUTA DA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. ____/2025 – SEMSA/PMMz
Processo Administrativo nº 674/2025 – SEMSA/PMMz

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAZAGÃO, através do **Fundo Municipal de Saúde (SEMSA/PMMz)**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.347.306/0001-35**, com sede na Rua Presidente Getúlio Vargas, s/n, Bairro Centro, Mazagão/AP, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor **ELCIMAR BRAGA DA COSTA**, Secretário Municipal de Saúde de Mazagão, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, no **Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023**, na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, e demais legislações aplicáveis,

CONSIDERANDO o resultado do **Pregão Eletrônico nº ____/2025**,

RESOLVE registrar os respectivos preços abaixo relacionados para futura e eventual contratação do objeto descrito no Termo de Referência, integrante do Edital do Pregão Eletrônico acima referido, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, que passa a constituir a presente **Ata de Registro de Preços**.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a **Aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, bem como materiais permanentes — incluindo mobiliário, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e grupo gerador estacionário** — destinados ao fortalecimento estrutural e operacional das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Mazagão/AP, com recursos provenientes das **Emendas Parlamentares nº 26760002 e nº 40790014**, vinculadas às **Propostas do Ministério da Saúde nº 11347306000125004 e nº 11347306000125005**, transferidas pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Mazagão/AP, conforme especificações, quantidades e condições constantes no Termo de Referência e seus anexos, destinados ao fortalecimento estrutural e operacional das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Mazagão/AP – SEMSA/PMMz.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços, especificações e quantitativos dos equipamentos registrados na presente Ata estão relacionados na tabela abaixo, a qual constitui parte integrante deste instrumento:

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE COM PREÇOS REGISTRADOS							
Lote	Item	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Valor Unitário:	Valor Total:
01	01	50	Unidade	X,XX	X,XX
DESCRIÇÃO: Cadeiras para uso administrativo e ambulatorial, podendo ser do tipo fixa ou giratória, confeccionadas em estrutura metálica tubular em aço carbono, com pintura eletrostática a pó na cor preta ou similar, assento e encosto estofados em espuma de densidade mínima D-23, revestidos em couro, napa ou tecido sintético lavável, de fácil higienização. As giratórias devem possuir base reforçada em aço ou nylon, rodízios de dupla coroa e regulagem de altura por pistão a gás. Todas as cadeiras devem ser novas, de primeiro uso, possuir sapatas ou rodízios de proteção ao piso, apresentar estabilidade, conforto básico e acabamento sem rebarbas. Devem suportar carga mínima de 100 kg e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses. Permite-se o fornecimento de modelos equivalentes ou superiores, desde que mantenham as características mínimas descritas.							



Saúde de Mazagão/AP, nos prazos e condições previstos no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2025.

3.3. A inclusão das informações cadastrais das empresas nesta Ata não exime as contratadas da obrigação de manterem atualizados seus dados perante a Administração, sob pena de responsabilização por eventuais prejuízos decorrentes da desatualização.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO PELAS EMPRESAS REGISTRADAS

4.1. As empresas registradas deverão fornecer os equipamentos conforme condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

4.2. O fornecimento deverá observar os seguintes requisitos:

4.2.1. As entregas serão realizadas **sob demanda**, conforme ordens de fornecimento emitidas pela Administração.

4.2.2. Os equipamentos deverão ser entregues **novos, de primeiro uso, lacrados de fábrica**, acompanhados de todos os acessórios, cabos, manuais e certificado de garantia.

4.2.3. Todos os itens deverão atender às **normas técnicas aplicáveis**, incluindo ABNT, Inmetro, Anvisa ou Anatel, conforme a natureza do equipamento.

4.2.4. É vedada a entrega de equipamentos:

- usados;
- reconicionados;
- remanufaturados;
- com avarias;
- sem acessórios obrigatórios;
- sem número de série quando aplicável.

4.2.5. O transporte deverá garantir a **integridade física** dos equipamentos, protegendo contra impactos, vibração, poeira e umidade, especialmente para equipamentos de informática, eletroeletrônicos e odontológicos.

4.2.6. Constatada divergência técnica, defeito ou avaria no ato da entrega, a empresa deverá providenciar **substituição imediata**, sem ônus para a Administração.

4.2.7. A nota fiscal deverá conter **marca, modelo, número de série (quando houver), acessório(s) e descrição compatível** com o Termo de Referência, para fins de rastreabilidade patrimonial.

5. DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE DA ATA

5.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, conforme previsto no art. 84 da **Lei nº 14.133/2021**.

5.2. Durante sua vigência, os preços registrados poderão ser utilizados pela Administração para efetivar as contratações decorrentes, observados os quantitativos máximos previstos no item 2 desta Ata.



5.3. A vigência desta Ata não se confunde com o prazo dos contratos que vierem a ser celebrados, os quais poderão ter prazo distinto, respeitadas as disposições legais e as condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

5.4. A Administração poderá, a qualquer tempo, **revogar parcialmente ou cancelar a Ata**, mediante decisão fundamentada, nos casos de interesse público devidamente comprovado, ou em razão do descumprimento das condições estabelecidas pelas empresas registradas.

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A presente Ata será gerenciada pela Secretaria Municipal de Saúde de Mazagão/AP – SEMSA/PMMZ, podendo ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Mazagão/AP, bem como por outros entes públicos, inclusive **outras prefeituras**, desde que haja **anuência prévia do órgão gerenciador e aceite da empresa registrada**, conforme art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A solicitação de adesão deverá ser formalizada pelo órgão interessado, acompanhada de justificativa e demonstração de compatibilidade do objeto com suas necessidades.

6.3. O órgão aderente será integralmente responsável pela **formalização, contratação, liquidação, gestão e fiscalização** dos instrumentos celebrados, não recaiando sobre o órgão gerenciador qualquer responsabilidade por contratos firmados externamente.

7. DA CONTRATAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

7.1. As contratações decorrentes desta Ata poderão ser formalizadas por instrumento contratual, nota de empenho ou documento equivalente, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Cada contratação deverá ser instruída com requisição contendo:

7.2.1. Número da Ata de Registro de Preços;

7.2.2. Item, descrição técnica, marca, modelo, número de série (quando aplicável);

7.2.3. Quantidade e valor unitário;

7.2.4. Valor total;

7.2.5. Prazo e local de entrega.

7.3. A formalização por nota de empenho vincula a empresa às condições da presente Ata, do Edital e do Termo de Referência.

7.4. Compete ao órgão contratante:

7.4.1. Acompanhar, fiscalizar e registrar a entrega dos equipamentos;

7.4.2. Verificar integridade física, funcionamento e conformidade técnica com o TR;

7.4.3. Aplicar sanções quando cabíveis.

7.5. A Administração poderá utilizar a Ata de acordo com sua necessidade e disponibilidade orçamentária, **não havendo obrigatoriedade de contratação integral** dos itens registrados.

7.6. Serão observadas nas contratações decorrentes da Ata:

7.6.1. Vigência e limites quantitativos da Ata;

7.6.2. Manutenção das condições de habilitação da empresa registrada;



- 7.6.3.** Obrigatoriedade de substituição imediata de equipamentos entregues em desacordo com as especificações;
- 7.6.4.** Atendimento às normas técnicas, de segurança e de conformidade aplicáveis aos equipamentos fornecidos.
- 7.7.** No caso de adesão por outros entes (item 6), a responsabilidade integral pelo contrato será do órgão aderente.
- 7.8.** A contratação dependerá de **prévia indicação de dotação orçamentária** e emissão da respectiva nota de empenho.

8. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução das contratações decorrentes desta Ata será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Mazagão/AP – SEMSA/PMMz, ou pelo órgão aderente, conforme o caso, por intermédio de Gestor e Fiscal do Contrato formalmente designados, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Compete ao Fiscal do Contrato:

8.2.1. Acompanhar a entrega dos **equipamentos**, verificando a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta vencedora;

8.2.2. Conferir notas fiscais, **integridade física, funcionamento, acessórios obrigatórios, manuais, certificados, número de série** e a plena conformidade técnica dos equipamentos entregues;

8.2.3. Registrar todas as ocorrências em relatório próprio e comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer irregularidades;

8.2.4. Determinar a substituição de **equipamentos** entregues em desacordo com as especificações técnicas, danificados, incompletos ou sem pleno funcionamento;

8.2.5. Atuar em conjunto com o Gestor do Contrato na aplicação de medidas corretivas e recomendar, quando necessário, a aplicação de penalidades.

8.3. Compete ao Gestor do Contrato:

8.3.1. Coordenar a fiscalização, consolidando informações repassadas pelo Fiscal;

8.3.2. Zelar pelo cumprimento de todas as condições contratuais e legais;

8.3.3. Encaminhar à autoridade competente relatórios de acompanhamento e recomendações pertinentes;

8.3.4. Representar a Administração perante a contratada, emitindo comunicações formais e deliberando sobre providências necessárias.

8.4. A empresa contratada deverá manter **preposto formalmente designado**, com poderes suficientes para responder pela execução e sanar de imediato quaisquer ocorrências.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações pela contratada poderá ensejar a aplicação de penalidades, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Secretaria Municipal de Saúde de Mazagão/AP – SEMSA/PMMz:



9.1.1. Elaborar e encaminhar requisições de fornecimento com antecedência, especificando **equipamentos, quantidades, prazos e locais de entrega**, incluindo sede da SEMSA, porto da UBS Fluvial e comunidades rurais, quando aplicável:

9.1.2. Garantir condições adequadas para o recebimento, disponibilizando equipe para conferência e local apropriado para descarga;

9.1.3. Realizar a conferência física e documental, verificando:

- integridade física;
- acessórios obrigatórios;
- número de série;
- manual e certificado de garantia;
- conformidade técnica com o TR e a proposta vencedora;

9.1.4. Acompanhar a execução contratual por meio de Gestor e Fiscal designados:

9.1.5. Rejeitar imediatamente equipamentos que apresentem defeitos, avarias, ausência de acessórios ou desconformidade técnica, determinando substituição sem ônus;

9.1.6. Efetuar pagamentos dentro dos prazos legais, desde que cumpridas as obrigações contratuais:

9.1.7. Comunicar formalmente qualquer irregularidade à contratada:

9.1.8. Assegurar emissão de Nota de Empenho com prévia dotação orçamentária:

9.1.9. Prestar esclarecimentos necessários à contratada:

9.1.10. Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

9.1.11. Manter registros administrativos e orçamentários atualizados:

9.1.12. Assegurar que todas as contratações atendam ao interesse público, observando os princípios da administração pública.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da(s) empresa(s) detentora(s) dos preços registrados nesta Ata:

10.1.1. Fornecer os equipamentos conforme especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos nesta Ata, no Edital e no TR, garantindo origem, qualidade, desempenho e integridade física dos itens:

10.1.2. Entregar os equipamentos lacrados, novos, com todos os acessórios, manuais e certificado de garantia;

10.1.3. Manter as condições de habilitação, incluindo autorizações específicas (Anvisa/Anatel/Inmetro), quando aplicável;

10.1.4. Realizar as entregas nos locais definidos pela Administração, incluindo a sede da SEMSA, o porto de embarque da **UBS Fluvial Pedro da Silva Freitas** e, quando requisitado, em comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso:

10.1.5. Substituir imediatamente qualquer equipamento defeituoso ou entregue fora das especificações;

10.1.6. Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº ____/2025, especialmente a **Licença Sanitária válida**;



10.1.7. Disponibilizar **preposto formalmente designado** com poderes para representar a empresa junto à Administração, responder por solicitações e solucionar de imediato eventuais ocorrências;

10.1.8. Apresentar, no ato de cada entrega, a respectiva **nota fiscal eletrônica**, discriminando detalhadamente os produtos fornecidos, incluindo marca, lote, prazo de validade, peso líquido e quantidade;

10.1.9. Cumprir integralmente as normas sanitárias, ambientais e de segurança alimentar vigentes, responsabilizando-se por eventuais danos ou prejuízos decorrentes do descumprimento das mesmas;

10.1.10. Arcar integralmente com todos os encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas, comerciais e securitários incidentes sobre a execução do objeto;

10.1.11. Garantir o atendimento às condições de logística diferenciada estabelecidas nesta Ata, inclusive para localidades remotas, de forma a não comprometer a regularidade dos serviços de saúde;

10.1.12. Atender prontamente às solicitações do Gestor e do Fiscal do Contrato, fornecendo informações, documentos e providências sempre que requisitado.

11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

18.1. A Contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. **156 a 164 da Lei nº 14.133/2021**, aplicáveis isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

18.2. As penalidades poderão ser aplicadas nas seguintes modalidades:

18.2.1. Advertência:

Aplicada para infrações de menor potencial, que não comprometam de forma significativa a execução do objeto, servindo como medida preventiva e corretiva.

18.2.2. Multas:

Poderão incidir sobre o valor do item, da ordem de fornecimento ou da parte afetada, conforme o caso, observando-se os seguintes percentuais:

a) Multa por atraso injustificado na entrega: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, limitada a 10% do valor do item ou da ordem de fornecimento atrasada.

b) Multa por inexecução total ou parcial do objeto: 10% (dez por cento) do valor correspondente ao item ou conjunto de itens afetados.

c) Multa por não substituição de item defeituoso no prazo estabelecido pela Administração: 2% (dois por cento) sobre o valor do item, por ocorrência.

d) Multa por recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou cumprir a Ordem de Fornecimento: 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

e) Multa por apresentação de documentação falsa, certificações irregulares ou informações inverídicas: 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta adjudicada.

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar: Poderá ser aplicada a penalidade de **impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da Administração Pública pelo prazo de **até 3 (três) anos**, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizadas condutas graves que comprometam a execução do objeto.



18.2.4. Declaração de idoneidade: Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser aplicada a penalidade de **declaração de idoneidade**, com efeitos em âmbito nacional, quando a conduta da Contratada demonstrar falta de idoneidade ou prática de atos fraudulentos ou lesivos ao interesse público.

16.3. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores eventualmente devidos à Contratada, inscritas em dívida ativa, cobradas judicialmente ou descontadas de contratações futuras.

18.4. A aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência não exime a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração Pública.

18.5. Atrasos injustificados, entrega de itens divergentes, falta de certificações obrigatórias, descumprimento das especificações técnicas ou qualquer outra irregularidade constatada poderão ensejar a aplicação imediata das penalidades acima descritas.

12. DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser **alterada ou cancelada**, total ou parcialmente, por motivo de interesse público ou por descumprimento das condições aqui estabelecidas, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e com o **Decreto nº 11.462/2023**.

12.2. A alteração desta Ata poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

12.2.1. quando houver necessidade de adequação a modificações supervenientes da legislação aplicável;

12.2.2. por acordo das partes, desde que não prejudique o interesse público nem a execução do objeto;

12.2.3. para correção de erros formais ou materiais que não alterem o conteúdo do registro de preços.

12.3. O cancelamento do registro do fornecedor poderá ocorrer:

12.3.1. de ofício, quando:

- verificado descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata, no Edital ou no Termo de Referência;
- houver razões de interesse público devidamente justificadas;
- constatada a superveniência de fato que prejudique a execução do objeto;
- **12.3.2.** a pedido do fornecedor registrado, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, e desde que não resulte em prejuízo à continuidade do atendimento das demandas da SEMSA/PMMz.

12.4. O cancelamento do registro de preços não implicará em direito à indenização por parte do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.5. O cancelamento não afetará as contratações já formalizadas, que deverão ser regularmente executadas até seu término, salvo se houver motivo que justifique a rescisão contratual.

13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



13.1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desta Ata e dos contratos dela decorrentes será assegurada nos termos do art. 124 da **Lei nº 14.133/2021**, observadas as condições do edital e do Termo de Referência.

13.2. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser formulado pela empresa registrada ou pela Administração, mediante justificativa técnica e comprovação documental que demonstre:

13.2.1. ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis;

13.2.2. caso fortuito ou força maior, alheios à vontade das partes;

13.2.3. alteração superveniente de normas legais ou regulamentares que impactem diretamente os custos de execução;

13.2.4. ocorrência de situação que torne a execução excessivamente onerosa para uma das partes, sem vantagem para a outra.

13.3. O pedido deverá ser protocolado junto ao órgão gerenciador da Ata, acompanhado de planilha detalhada de custos, documentos comprobatórios e fundamentação legal, ficando sujeito à análise da área técnica, jurídica e orçamentária.

13.4. O reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com reajuste ou repactuação, que seguem regramento próprio, sendo aplicável apenas em situações excepcionais devidamente caracterizadas.

13.5. A decisão sobre o reequilíbrio caberá à autoridade competente, mediante despacho fundamentado, assegurada a observância do interesse público e do princípio da economicidade.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, do **Decreto nº 11.462/2023**, da **Lei Complementar nº 123/2006** e demais legislações aplicáveis.

14.2. A assinatura desta Ata não implica obrigação de contratação por parte da Administração, que se reserva o direito de realizar aquisições em quantidades compatíveis com suas necessidades e disponibilidade orçamentária.

14.3. Os casos omissos e as situações não previstas nesta Ata serão resolvidos pela Administração, observada a legislação aplicável e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

14.4. A empresa registrada declara ter ciência de todas as condições estabelecidas nesta Ata e nos documentos que a instruem, obrigando-se a cumpri-las fielmente.

14.5. Esta Ata integra o **Processo Administrativo nº 597/2025 – SEMSA/PMMZ** e tem vigência pelo prazo estabelecido no item 5, contado da data de sua assinatura.

14.6. Fazem parte integrante e inseparável desta Ata os seguintes documentos:

14.6.1. Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2025 e seus anexos;

14.6.2. Termo de Referência e seus anexos;

14.6.3. Proposta vencedora da(s) empresa(s) registrada(s).

15. DA ASSINATURA E PUBLICAÇÃO

15.1. E por estarem de pleno acordo com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais a partir da data de sua assinatura.



